

## RIO DE JANEIRO E DE SIMBÓLICAS CENTRALIDADES

João Baptista Ferreira de MELLO

NeghaRIO – Núcleo de Estudos sobre Geografia Humanística, Artes e Cidade do  
Rio de Janeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524 sala 4118 F

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

[neghario@uol.com.br](mailto:neghario@uol.com.br)

*ANPEGE – 2005 – FORTALEZA (CE)*

O Rio de Janeiro conjuga em sua toponímia a referência a um acidente geográfico e ao mês no qual foi primeiramente aportado pelos brancos na aurora do século dezesseis. Sua origem, no entanto, carece de sustentabilidade, na medida em que, os lusos, exímios cartógrafos e desbravadores de terras e mares até então incógnitos, dificilmente confundiriam a estreita entrada da baía de Guanabara com a foz de um curso fluvial. Neste contexto, seria pertinente lembrar que, o vocábulo rio, no idioma português arcaico, era sinonímia de barra, possuindo uma amplitude semântica superada na atualidade, ou até mesmo podendo confundir-se, mais remotamente, à idéia de ria, braço de mar com recortes profundos que se presta à navegação. Seu nome composto singra, igualmente, ambigüidades por contemplar o mês inaugural de cada ano, prática inusitada entre os portugueses. Na realidade, assim procediam os franceses nomeando os lugares com datas. De toda sorte, foram os franceses, humanistas-protestantes, determinados em promover a utopia tropical da França Antártica que criaram a Henriville, situada nos domínios de Urçumirim, atual bairro do Flamengo, e nas ilhas do recôncavo da Guanabara (COSTA, 1965; GERSON, 2000; MARIZ; PROVENÇAL, 2000; FERREIRA DOS SANTOS, 2003; ELMALAN, 2004).

O Rio de Janeiro foi forçosa e oficialmente fundado pelos portugueses nos idos de 1565. O evento objetivava eliminar os arroubos do projeto francês de uma civilização plena de respeito às diferenças e sob o comando do católico Villegagnon, que entendia ser possível a união entre os seguidores das igrejas cristãs, a partir

desse período vivendo os embates da Reforma. A posição da urbe era extraordinária porquanto na entrada da baía era possível avistar os intrusos estrangeiros, bem como os indígenas, afora um efetivo controle da Guanabara. Ao lado disso, se derrotados, os portugueses poderiam escapar pelo Oceano Atlântico. No entanto, a exigüidade do sítio provocou a transferência da cidade para a encosta do morro do Castelo, cercado de áreas alagadiças e o próprio mar, um observatório natural, por excelência, de grande serventia para as estratégias militares. A efeméride aconteceu justo em 20 de janeiro de 1567, momento da expulsão dos invasores, somada à submissão indígena e dia daquele que se tornaria o padroeiro da cidade legalmente intitulada de São Sebastião do Rio de Janeiro. Mais que uma homenagem ao infante Dom Sebastião e ao santo, os lusitanos, assim, recorriam ao soldado-mártir, morto a flechadas, e suplicavam sua proteção contra as armas de arremesso dos autóctones da Terra de Santa Cruz, estabelecidos no entorno da sinuosa baía de Niterói (água escondida), mais tarde, Guanabara.

No vale do Rio de mistérios, encantos, tempos, ambivalências, obras, desesperanças e amores desmedidos, a cidade ganhou expressão graças à sua dadivosa natureza, à exuberância de sua fauna e flora, ao vigor de seu povo, aos delírios e ações dos persistentes aterros, derrubada de elevações, abertura de túneis e desbravamento no âmbito de sua organização espacial. Fonte e desaguadouro de uma cultura que pulsa e ecoa por todo o país, nesta torrente de trabalho, conflitos, paixões e a lida trivial do mundo vivido floresceram centralidades de diversos portes, esferas e escalas, bem como símbolos de toda ordem. Seguindo o rumo desse Rio, a presente comunicação procura desvendar alguns meandros, tributários e formações insulares cujas áreas de querência abrangem corações e mentes de indivíduos e grupos sociais. Envolto em uma ciranda de movimentos e pausas, o estudo procura focar a força impetuosa e afetiva de lugares centrais que assumiram expressão simbólica na alma do povo do Rio e daqueles que comungam com a sua grandeza. Nesse turbilhão, o mosaico de simbólicas centralidades a ser apreciado difere das evidências apontadas pela célebre Escola de Ecologia Humana de Chicago ou, ainda, da renomada Teoria dos Lugares Centrais escrita por Walter Christaller, nos anos trinta do século passado, e, como se sabe, amplamente utilizada pela ciência espacial.

Os geógrafos conceituam um lugar central a partir de aspectos que lhe conferem distinção dos demais por ser um ponto de concentração, receptor e/ou emissor de fluxos comerciais, financeiros, sociais, administrativos etc. A centralidade, sob este prisma, é também considerada em decorrência das interações entre os lugares centrais e suas respectivas áreas de influência (DUARTE, 1974; CORRÊA, 2000). Afora esta tendência, vale lembrar que, a corrente humanística em geografia aprecia a questão etnocêntrica como uma noção concernente aos lugares centrais (TUAN, 1980; 1983). No entanto, o fenômeno da centralidade não se encerra neste círculo, pois uma pluralidade de perspectivas, sobre o assunto, merece ser analisada pelo saber geográfico, a despeito da dificuldade em se ordenar toda uma complexa gama de centralidades que se entrelaçam ou ocorrem isoladamente (MELLO, 2002b).

Particularmente, no que diz respeito ao Rio de Janeiro, a cidade é plena de centralidades construídas, eleitas ou adotadas pelos indivíduos e grupos sociais (bem como outros agentes). Mas, o que é centralidade, um lugar central? O fenômeno da centralidade assume as mais diversas nuances, em diferentes escalas. Uma cabine telefônica, um cinema, um templo ou o endereço domiciliar são lugares centrais porque atraem usuários e irradiam idéias e significados. Em outro extremo, a cidade ou a pátria podem adquirir simbolicamente o status de lugares centrais. Alguns desses exemplos são corriqueiros, mas dizem respeito aos valores e ao dinamismo do mundo vivido e, portanto, devem fazer parte dos estudos em geografia (BUTTNER, 1985).

O estudo inicia o seu percurso com a abordagem etnocêntrica, um traço comum no âmbito das sociedades simples e complexas, prossegue revelando simbólicas e representativas centralidades, adentra em simbólicas centralidades permanentemente rotativas, vislumbra simbólicas centralidades instantâneas, versa sobre rejeitadas e simbólicas centralidades, flagra esporádicas centralidades repletas de simbolismo, discute como o simbolismo penetra, sobrepuja e simbolicamente domina centralidades tradicionais e, em seu fecho/ conclusivo/ inconclusivo, expõe as simbólicas centralidades imortalizadas na memória.

Da galeria de simbólicas centralidades consideremos inicialmente em suas escalas extremas, a casa e a cidade. Primeiramente a casa, um ninho que resume a

grandeza do universo e a infinidade aconchegante de um refúgio, pleno de aspectos familiares e indissociáveis, tais como aromas, sons, amigos, festas, ensinamentos, lutas, “canções minha mãe me ensinou” (SCHUTZ, 1979, p. 291), e toda sorte de evocações que permite à pessoa identificar-se com este centro de apoio, referência e ação, afora estabilidade e confinamento. Neste contexto, a casa integra o âmago dos seres humanos. Além dos seus limites, descortina-se um mundo livre, contudo, caótico e temeroso. Nestas condições, a casa, por sua destinação original de moradia, cristaliza-se simbolicamente como um lugar central de expressiva intimidade, trançado por laços de afinidade e significância, ao mesmo tempo, impregnado por experiências do passado e do presente e, por conseguinte, explorado com desenvoltura.

Na outra extremidade, a centralidade e a simbologia podem avultar conjuntamente em decorrência da tradição oral, dos costumes, da propaganda e, entre outros fatores, dos dotes atribuídos a este ou aquele ponto. Nestes planos, o centro pode ser simbolicamente o “umbigo” do mundo. Comumente, “as pessoas tendem a entender o canto do mundo no qual habitam como o único favorável e os seus costumes e hábitos como a quinta-essência humana” (TUAN, 1986, p. 3). Assim sendo, o que está distante do seu lugar vivido tem pouco ou nenhum valor. Essa alegoria, com elementos positivos e negativos, faz parte da vida dos povos letrados e ágrafos (TUAN, 1980; 1983; MELLO, 2003).

O etnocentrismo, fenômeno universal de supervalorização do “centro”, “umbigo”, “mais saudável” ou “melhor lugar do mundo”, pode ser também compreendido como egocentrismo coletivo (TUAN, 1980). As pessoas do “centro” estabelecem discriminação entre “nós” (“superiores”) e “eles” (“de menor valor”, “de cultura inferior”) olhando para estes de forma “blasé” e, por vezes, com apatia, sarcasmo e agressividade.

Neste contexto, merece destaque o posicionamento etnocêntrico contido na marchinha “Cidade Maravilhosa” (1934), de André Filho, na qual o autor revela: “Cidade Maravilhosa/ coração do meu Brasil ...”, ratificando o orgulho do carioca em relação ao Rio de Janeiro e contribuindo para propagar a idéia de uma “... terra que a todos seduz ...”, como complementam os versos de sua consagrada composição.

Com vistas às múltiplas interpretações possíveis de serem realizadas no âmbito do enfoque em tela, o estudo prossegue com as simbólicas e representativas centralidades. Como lembra Tuan (1980), o símbolo sugere ser a parte significativa do todo. Nesse nicho encontram-se cartões postais e centros turísticos como o Pão de Açúcar e o Cristo do Corcovado. A natureza e as obras do homem no alto dessas elevações contribuíram para forjar tais referenciais como símbolos da cidade do Rio de Janeiro. No caso específico do Corcovado, o mesmo tem sido utilizado como referencial meteorológico e geográfico. Trata-se de uma simbólica centralidade que supera a questão religiosa, assoma como preciosidade pertencente à coletividade e integrando o acervo íntimo das pessoas, representa, em qualquer parte do mundo, a "Cidade Maravilhosa" de São Sebastião do Rio de Janeiro, plena de fé, magia e hospitalidade (TUAN, 1980; 1983; MELLO, 1991; 2000).

Aceita a idéia do símbolo como componente expressivo do todo, a pesquisa aborda um simbólico lugar central de grande ressonância na metrópole carioca: o bairro de Copacabana que “funciona” ininterruptamente demonstrando a pujança e o fôlego desse lugar afamado por uma série de fatores e acontecimentos, mas marcado pela importância do lazer e da cultura. Esse cabedal, recebido das culturas formal e informal (SCHUTZ, 1979), gera intimidade pelo lugar efetivamente central transformado em símbolo.

No cruzamento dos tempos com familiaridade e intenso pulsar, o cosmopolita bairro de Copacabana, foi brindado por gerações como a própria síntese do Rio de Janeiro. Com título de nobreza, outorgado na música de Braguinha e Alberto Ribeiro (1947), a eterna “... princesinha do mar ...”, continua povoando os sonhos de turistas e elementos de diversas classes sociais, a despeito de uma certa perda de status conferido, a partir dos anos sessenta, aos bairros nobres e litorâneos.

Apesar disso, o afamado balneário – de requintados apartamentos residenciais, bem como de conjugados e quitinetes, afora hotéis sofisticados, concorridos restaurantes ou bares, bem como ciclovia, calçadão e amplas pistas para veículos, além de uma mixórdia proporcionada por transeuntes, shows, jogos, prostituição de rua e pedintes – continua apresentando uma fervilhante vida cultural. Todavia, o grande momento de sua permanente centralidade acontece na noite do

“Reveillon”, tido como o acontecimento festivo de maior popularidade no Rio de Janeiro.

Nas comemorações do ano novo entre o fascinante espetáculo das luzes dos fogos de artifício e as explosivas felicitações de praxe, as janelas dos prédios, o calçadão, as várias pistas e as areias ficam “formigando” de gente, em sua maioria vestida de branco, que brinda a chegada de um novo tempo e simultaneamente transforma a Avenida Atlântica no ponto que consegue a proeza de concentrar a mais expressiva aglomeração de pessoas na cidade do Rio de Janeiro. Mais do que isso, vale registrar, a simbólica centralidade exercida pela queima de fogos que jorra como em cascata do alto do prédio do Hotel Le Meridien, nos primeiros instantes do ano. Trata-se de uma simbólica centralidade para a qual destinam-se, por apenas alguns instantes, olhares e emoções de toda gente (e da mídia) em direção a um meridiano luminoso, delimitador dos bairros de Copacabana e Leme, e anunciador de um tempo de renovadas esperanças.

Centralidades e símbolos, merecedores de considerações especiais, confundem-se e adquirem significados tecidos por meio da permanência e dos envolvimento que conduzem à posse e a afeição, denotando pertencimento e intimidade. A simbologia, vale ressaltar, não se limita aos centros de bem querência, despojamento ou experiência. Certas simbólicas centralidades são tidas como estranhas, temidas e a serem evitadas por determinados segmentos da sociedade assumindo, no entanto, expressão e grandeza para outros grupos ou segmentos.

Nesta galeria, concernente às rejeitadas simbólicas centralidades encontram-se as inscrições dos pichadores constituindo um veio de linguagem e comunicação, de um modo geral, repudiado, visto que profanam os lugares e seus símbolos, mas de toda sorte chamam atenção e provocam recriminações. No mesmo nicho encontram-se, por vários motivos, os cemitérios, os pontos dos gays ou das gangues de rua, alocados em centros repulsivos e de temor. Todavia, ganham contornos diversos, pois enquanto os chamados “usos sujos” dos campos dos mortos podem ser simbólicas centralidades sagradas e de respeito, os “points” dos gays, por exemplo, classificam-se, para os seus adeptos e simpatizantes, como símbolos de liberdade, resistência, expressão e freqüência.

As centralidades e os símbolos vivem momentos de afloramento, resplandecência, perenidade, mas também de extinção, morte ou intermitência. Nestas condições, tempo e espaço são categorias primordiais no processo de ocorrência das simbólicas centralidades. Este fenômeno, como tal, pode se apresentar instantânea ou alternadamente, seja no âmbito do sagrado ou do profano. O exemplo extraordinário da Praça do Russel, utilizada como arena sagrada, em um único dia do ano, ajuda a compreender esta fusão do sagrado e do profano, mesmo no plano das centralidades esporádicas.

A Praça do Russel – situada no bairro da Glória (Zona Sul da cidade) – contígua ao Aterro do Flamengo – é um grande logradouro arborizado, dotado de plataformas de concreto e mesinhas para jogos, bem como estátuas e bustos que homenageiam ilustres personalidades brasileiras ou internacionais. A tranqüilidade da praça se perpetua praticamente durante todo o ano, marcado pela rotina do vai-e-vem dos pedestres e a algazarra das crianças em meio aos brinquedos públicos. No entanto, no feriado de vinte de janeiro, dia do padroeiro da cidade, a Praça do Russel vive a plenitude de sua centralidade quando fica apinhada de fiéis que se aglomeram desde o enorme monumento erigido a São Sebastião – e que domina a praça – até os logradouros das cercanias, após um longo cortejo iniciado na Igreja dos Capuchinhos, no bairro da Tijuca (Zona Norte da cidade). Na Praça do Russel são realizadas diversas cerimônias que incluem encenações teatrais e premiações de escritores, artistas e notáveis que, de acordo com a Cúria Metropolitana, se destacaram no ano anterior. Quando as festividades (religiosas e profanas) são encerradas a praça retorna ao seu “ritmo normal”.

Na grande cidade, como em um jogo circunstancial, o fulgor, o modismo, a conservação, bem como a ruína se embaralham. No caso particular da centralidade existem eixos e áreas centrais que, aproveitando e combinando a reputação de outrora, continuam expondo as marcas do passado ainda que substituindo as suas prerrogativas e funções centrais de outros tempos. A memória recuperada sob a forma de centros culturais e cultuada em templos e edifícios de estimado valor histórico, perfilam nessa toporreabilitação, constituindo um restauro de geografias pretéritas (TUAN, 1980; MELLO, 2000).

A área central das cidades e a descentralização das atividades manufatureiras, de um lado, e terciárias, de outro, constituem-se no foco principal dos estudiosos a propósito da problemática dos lugares centrais no espaço urbano. Os centros das cidades são privilegiadas áreas notabilizadas pela verticalização onde sobressaem “as principais atividades comerciais, de serviços, de gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos” (CORRÊA, 2000, p. 38). Quanto à descentralização, a gênese desse processo está condicionada, entre outros fatores, aos crescimentos espacial e demográfico da cidade aliado às facilidades de transporte, infra-estrutura implantada, qualidades atrativas do sítio e amenidades (CORRÊA, 2000).

A descentralização, por conseguinte, nos últimos tempos tem iniciado um processo de transformação do centro da cidade, modificando o seu papel, minimizando o peso da variada carga da oferta e da demanda de funções e conduzindo à memória cristalizada em seus testemunhos geográficos. Desse modo, o aparecimento de centralidades como os subcentros facilita a vida das pessoas ao oferecer as condições necessárias para compra, troca, venda e obtenção de bens e serviços nas centralidades próximas aos lugares vividos de moradia, trabalho e lazer, que atendem às suas respectivas áreas de mercado compostas por bairros das redondezas. No Rio de Janeiro, são notórios os exemplos desse porte, seja na forma de subcentros espontâneos ou planejados, estes atendendo ao exacerbado enclausuramento como resposta ao sentimento agorafobo e exigências de segurança, assepsia e conforto. Nestas circunstâncias, é extremamente relevante acentuar que a experiência repetida e a intimidade com as centralidades tradicionais (centros das cidades e subcentros) alçam tais lugares centrais à categoria de símbolos. Em outras palavras, isto significa dizer que, mesmo no âmbito dos pontos de disponibilidade de bens e serviços, o caráter simbólico se instaura, ao contemplar e transcender a materialidade, o movimento e as funções. E, assim, um ponto central, evolui de sua condição original integrando o âmago de seus usuários e freqüentadores. Este traço extraordinário de afeição/identificação diz respeito à força do sentimento, do reconhecimento e da sensação de pertencimento, contemplando indissociavelmente os pertences privados ou públicos, eventos, ações e a base territorial intrinsecamente imbricados, introjetados nos indivíduos e grupos sociais. Em outras palavras, consoante a alma dos lugares.



No tocante às reminiscências, estas deixaram marcas profundas e algumas centralidades de outrora, mesmo pulverizadas em suas formas materiais, prosseguem sendo cortejadas tornando-se símbolos eternizados na memória. Na realidade, como lembra David Harvey (1993, p. 86), recorrendo a Jenks, "todos trazemos um 'musée imaginaire' na mente, extraído da experiência". Restaurar o passado revela o impulso de preservação do eu, como afirma Harvey, lembrando ser o passado o pilar da identidade individual e coletiva. Neste sentido, o acervo do passado é fonte de significação dos "símbolos culturais" (HARVEY, 1993, p. 85). Na escala íntima ou de geografias coletivas, a restauração dos símbolos do passado, perpetua-se, no movimento memorialístico, nas lembranças, propagação, adesão e posse da memória coletiva, ou seletiva, como preferem alguns pensadores, na medida em que seria difícil haver um consenso intersubjetivo. Seja como for, as pessoas, as artes e os estudiosos retransmitem e recompõem a magia dos símbolos pretéritos, destruídos, ou preservados no íntimo de cada um ou aclamados pelos grupos sociais (HALBSWACHS, 1990; TUAN, 1998; MELLO, 2000).

Nestes termos, o mundo da experiência vivida, ornado por concepções diversas e exuberantes é, outrossim, entre vários elementos, fantasia e reminiscência. As lembranças e o reencontro com os lugares devastados (mas queridos) constituem uma das facetas do apreço ao(s) mundo(s) vivido(s), permitindo a outras gerações o acesso à alma dos lugares do passado (MELLO, 2002a). Assim, como em um ritual mágico, em uma delicada reconstituição arqueológica, os destroços dos lugares do passado são juntados e recompostos, restauração esta responsável pela volta de preciosidades espaciais pretéritas. O acesso aos lugares destruídos ou transfigurados é efetivado em cerimônias diversas que garantem compreender o fascínio exercido pelos lugares do passado, que continuam presentes no íntimo das pessoas e dos grupos sociais.

No Rio de Janeiro, a antológica Praça Onze, "berço do samba", destruída nos anos quarenta, persiste como notória centralidade imortalizada na memória. A relevância da Praça Onze para o desenvolvimento da cultura musical carioca tem apresentado, ao longo do tempo, ricos e variados contornos. Ao final do século dezenove, o Rio de Janeiro abrigava um expressivo contingente de negros, recebendo algumas outras levas de migrantes dessa raça, concorrendo para o

florescimento de manifestações rítmicas e desenvolvimento do candomblé e da capoeira.

A Praça Onze e bairros das redondezas constituíam um ponto da aglutinação de negros que, desprovidos de qualificação profissional, procuravam trabalhar como biscateiros ou na estiva, na zona portuária, residindo em inúmeros cortiços. Para o compositor Heitor dos Prazeres toda essa porção periférica da Área Central da cidade era a “Pequena África do Rio de Janeiro” (MOURA, 1983). Nessa “África em Miniatura” merece destaque especial o papel exercido pela yalorixá, Tia Ciata, domiciliada em um casarão, transformado em unidade multifamiliar e referencial para negros, que chegavam à cidade, bem como reduto de festas que se estendiam por vários dias. A gênese do samba ocorre na casa desta mãe de santo, da cozinha – onde se preparavam doces e salgados, apreciados e vendidos nas ruas do Rio de Janeiro – para o quintal (MOURA, 1983).

Centro de lazer para os mais pobres, a Praça Onze, era um ponto de resistência à cultura europeizada de outros locais da cidade. O próprio carnaval de ranchos e batuques se opunha ao carnaval dos ricos, com o curso da Avenida Central. Mas tarde, em 1927, a Praça Onze foi palco do desfile da primeira escola de samba a “Deixa Falar”. Nos anos quarenta, como parte dos planos urbanísticos de renovação da periferia da Área Central, o logradouro em questão, afora diversas ruas, casas, prédios, igrejas e parte de um parque, foram arrasados, na administração do prefeito Henrique Dodsworth, com vistas à abertura da Avenida Presidente Vargas. Todavia, décadas após sua destruição a Praça Onze dos “bambas do samba”, do batuque condenado pelas elites, dos cortiços, bares e cabarés, reduto de malandros, prostitutas e homossexuais, centro de lazer da gente mais simples, continua sendo fervorosa e repetidamente eternizada de diversas maneiras. Sua qualidade simbólica, sustentada e modelada através dos tempos, persiste nas telas dos pintores, em shows que resgatam a sua aura e principalmente nos sambas-enredo que a cada ano lembram este emblema representativo de criatividade e resistência (MOURA, 1983; ROCHA, 1986; MELLO, 1991; ABREU, 1997).

Finalmente, cabe acentuar, o espaço urbano está permeado pelo sentido simbólico da centralidade, conseqüência dos sentimentos, das relações econômicas,

do seu espraiamento, de sua extrema fragmentação, da cultura e da transitoriedade de certos fenômenos, bem como das rupturas, da deterioração e das reminiscências. A confluência dos conceitos e teorias concernentes aos lugares centrais com a questão simbólica, característica do filosófico e do vivido e, por isso mesmo, muito explorada pela perspectiva humanística pode, à primeira vista, parecer metodologicamente ambígua. A tentativa deste estudo foi apresentar algumas simbólicas centralidades existentes na cidade do Rio de Janeiro. Um outro leque pode ser trabalhado focalizando aquelas pertinentes à ação das reformas urbanas que forjam símbolos construídos por meio da imposição e do arrasamento de centralidades e símbolos pretéritos. Na voragem do tempo, o esnobismo, assim como atividades marginais como a prostituição, a economia informal e o narcoterror criam símbolos e centralidades que carecem de análise sob este ângulo. Ao lado disso, simbólicas centralidades permanentemente escoradas e ressonantes, valendo-se de um passado lendário para sustentar ou recuperar o brilho exibido outrora, persistem como símbolos extintos e centralidades recorrentes como no bairro da Lapa entre os ecos do passado de uma pródiga malandragem e os alaridos do presente. Na mesma direção, símbolos remissivos figuram em diferentes conotações emprestadas aos vocábulos plenamente utilizados em um Rio de fluência e criatividade verbais tais como centro, periferia, subúrbios, shopping centers e em ritmos como o samba ou "sua filha sofisticada e bastarda", a bossa nova que contribuem para a identificação e valorização das diversas centralidades e se confundem com a própria alma do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2002; SOUTO DE OLIVEIRA; MARCIER, 1998; MELLO, 2002; 2002b). Isto posto, a pesquisa, neste primeiro momento, abordou um pequeno leque de simbólicas centralidades, mas a lacuna dessa fusão de conceitos geográficos permanece por ser preenchida.

## Referências

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN/Zahar, 1997; 147p.
- BUTTNER, Anne. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985, p. 165-193.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2000, 93p.
- COSTA, Nelson. *O Rio através dos séculos: a história da cidade em seu IV centenário*. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1965.
- DUARTE, Haidine da Silva Barros. A cidade do Rio de Janeiro - descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 36 (1): 53-98, 1974.
- ELMALAN, Serge. *Villegagnon ou a utopia tropical*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- FERREIRA DOS SANTOS, Élide. No meio do caminho há uma Cidade Nova. *Dissertação (Mestrado em Geografia)*. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2003.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Edições Lacerda, 2000, 514 p.
- HALBSWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 349p.
- MARIZ, Vasco; PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. O Rio de Janeiro dos compositores da música popular brasileira - 1928/1991 - uma Introdução à Geografia Humanística. *Dissertação (Mestrado em Geografia)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.
- \_\_\_\_\_. Dos espaços da escuridão aos lugares de extrema luminosidade – o universo da estrela Marlene como palco e documento para a construção de conceitos geográficos. *Tese (Doutorado em Geografia)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- \_\_\_\_\_. A restauração dos lugares do passado. *GeoUERJ*, n. 12. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, p. 63-68.
- \_\_\_\_\_. Explosões de centralidades na cidade do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Glaucio; RIBEIRO, Marta Foeppe (orgs.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: Infobook, 2002, p. 112-126.
- \_\_\_\_\_. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. *Espaço e Cultura*, n. 16. Rio de Janeiro: EdUERJ, julho/dezembro 2003, p. 64-72.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983. 110 p.

RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). *Território e prostituição na metrópole carioca*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002, p. 88-112.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições - cidade do Rio de Janeiro 1870/1920*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1986. 120 p.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 396 p.

SOUTO DE OLIVEIRA, Jane; MARCIER, Maria Hortense. A palavra é: Favela. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 61-114.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980; 228 p.

\_\_\_\_\_. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983; 250 p.

\_\_\_\_\_. *The good life*. Madison: The University of Winsconsin Press, 1986, 191p.

\_\_\_\_\_. *Escapism*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1998.